

*O momento é grave! Nossa reação tem que ser à altura!*

## **Categoria deve reivindicar e participar de Congregações, propondo a rejeição da “PEC do fim da Unesp”**

***Congregações do IB de Rio Claro e de Guará rejeitam documento da reitoria e pedem amplo debate com a comunidade***

Com a participação de um grande número de estudantes, servidores docentes e técnicos-administrativos, a Congregação do Instituto de Biociências do campus de Rio Claro realizou uma reunião aberta nesta terça-feira, 6/3/2018. Após movimentado debate, foi aprovado **REJEITAR INTEGRALMENTE** a minuta de resolução “**Parâmetros de Sustentabilidade Financeira e Orçamentária da Unesp**”, a chamada “**PEC do fim da Unesp**”, apresentada pela reitoria na sessão do Conselho Universitário (CO) de 22/2/2018. A Congregação do IB considera que são necessários estudos aprofundados sobre os impactos que tal medida teria nas atividades-fim da Universidade, bem como um debate amplo e democrático com todos os setores da Universidade. Em 7/3, deliberação semelhante foi aprovada pela Congregação do campus de Guaratinguetá, também pela rejeição do documento.

A minuta da reitoria embute um duro golpe sobre os trabalhadores da Universidade, impondo-lhes por vários anos o arrocho salarial e a não reposição dos quadros, entre outras medidas ainda a serem divulgadas, para manter a folha em 85% da cota-parte do ICMS repassado à Unesp, bem como para recompor as reservas ao patamar

de quatro folhas de pagamento.

Em sua Plenária Estadual realizada em 28/2, no campus de Rio Claro, a Adunesp havia aprovado o indicativo de rejeição integral da minuta, com a exigência de que qualquer discussão sobre sustentabilidade na Unesp seja precedida pela estruturação de um plano de recomposição salarial, respeitada a isonomia entre as três universidades, e de recomposição de pessoal, com a retomada dos planos de carreira, itens que são condição *sine qua non* para a sobrevivência da instituição.

### **Ampliar o debate e a resistência**

A Adunesp indica a realização de assembleias de base nas unidades para dizer **NÃO** à minuta e discutir a nossa reação. Além disso, solicitar aos coordenadores de curso, chefes de departamento e diretores de Congregações que pautem essa discussão em reuniões abertas à comunidade, e que os diretores das subseções da Adunesp e representantes docentes levem nossas propostas para essas instâncias.

É importante construirmos um posicionamento único e firme da comunidade unespiana!

---

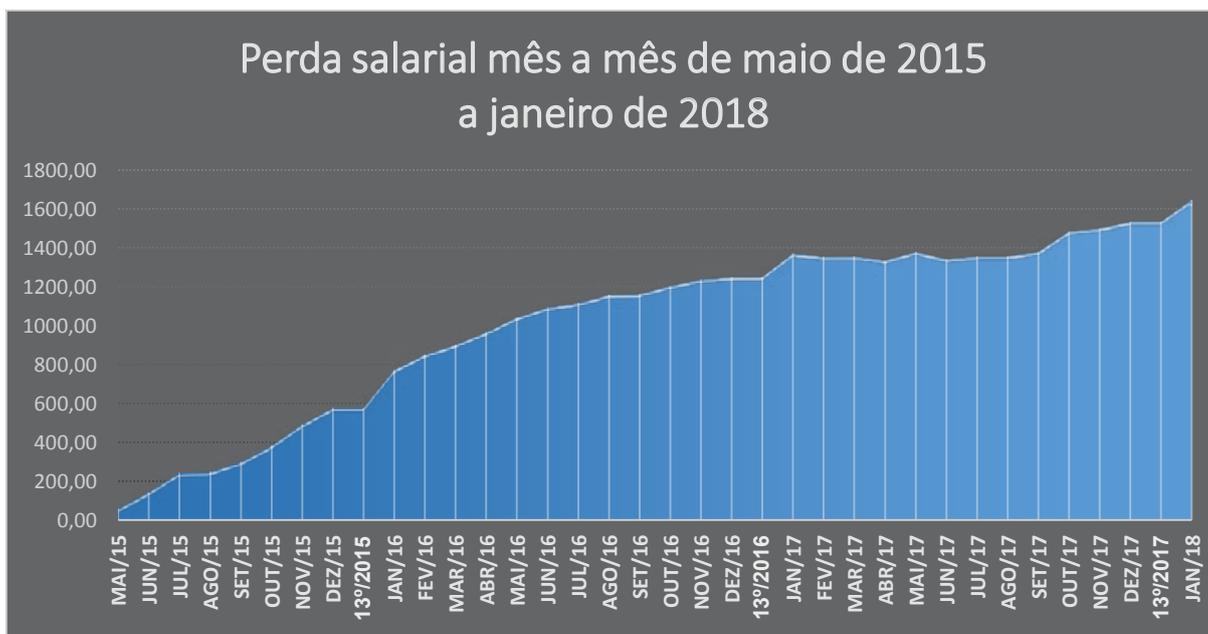
## **Enquanto a reitoria propõe mais anos de congelamento, ICMS sobe e salários descem ao fundo do poço**

O “**salariômetro**” do Fórum das Seis (F6) mostra que os salários dos servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades despencam em queda livre. Na Unesp, que não nos pagou os 3% em maio/2016, a situação é mais grave. Um Professor Assistente Doutor, por exemplo, deixou de receber um total de R\$ 33.326,48 desde maio/2015. Para chegar a este número, o F6 calculou a diferença entre o salário reajustado pelo ICV-Dieese, considerando a inflação do período de 12 meses anterior à

data-base considerada, e o salário efetivamente pago pela Unesp no período. Se tivesse recebido simplesmente a correção da inflação neste período – note-se que não estamos falando em aumento real – um Professor Assistente Doutor da Unesp deveria ganhar, em fevereiro/2018, R\$ 12.007,36, em vez dos R\$ 10.360,07 atuais. Com isso, estamos deixando de receber, neste mês de fevereiro de 2018,



Quadro 1



Quadro 2

### O crescimento do ICMS

- O ICMS de 2016 (R\$ 90.278.354.696,00) foi **0,39% menor** que o de 2015 (R\$ 90.631.403.420)
- O ICMS de 2017 (R\$ 94.427.326.241,00) foi **4,596% maior** que o de 2016 (R\$ 90.278.354.696,00)
- O ICMS de janeiro/2018 (R\$ 8.701.484.297,00) foi **10,1325% maior** que o de janeiro de 2017 (R\$ 7.900.918.854,00). Além disso, foi maior que o de dezembro de 2017 (R\$ 8.491.663.526,00), o que não ocorria desde o ano de 2008, quando o ICMS cresceu 21,07% em relação ao do ano de 2007.

R\$ 1.647,29. O **Quadro 1** mostra a erosão dos nossos salários neste período.

A área azul sob o gráfico nos dá uma ideia do brutal processo de empobrecimento, que se materializou com o sequestro de um montante muito expressivo de recursos da nossa folha de pagamento de maio de 2015 a janeiro de 2018.

Por outro lado, estudos do F6 apontam que, enquanto os salários se deterioram, o mesmo não acontece com a arrecadação do ICMS. A inflação de 2017 foi de 2,44% segundo o ICV-Dieese, e de 2,27% de acordo com o IPC-Fipe. O **Quadro 2** mostra, portanto, que o ICMS cresceu o dobro da inflação entre 2016 e 2017. Os salários, por sua vez, tiveram zero de reposição neste período.

### Reitoria quer manter e aprofundar o arrocho

Conforme se pode depreender do texto da minuta que justifica a tentativa de fazer com que o Conselho Universitário aprovasse, em sua última reunião, entre outras coisas, um limite de 85% dos recursos provenientes da arrecadação do ICMS Quota-Parte do Estado (QPE) para despe-

sas com a nossa folha de pagamento, a proposta da reitoria – a “PEC do fim da Unesp” – é manter e aprofundar a erosão dos nossos salários até, pelo menos, 2026, além de ameaças veladas de rebaixamento dos regimes de trabalho.

Cabe aqui uma reflexão acerca da pressa com que a reitoria pretendeu, e certamente ainda pretende, aprovar medidas que têm um impacto profundo no presente e no futuro da nossa universidade, sem que a comunidade discuta e busque caminhos, muitos deles já apontados pela Adunesp e pelo Sintunesp, para superar a crise de financiamento em que nos encontramos.

Parece tratar-se de mais do mesmo, ou seja, da perpetuação da subserviência das sucessivas administrações centrais da Unesp, incluindo a atual; concretizada pela prática da violação sistemática da autonomia universitária, que frequentemente é sacrificada no altar dos interesses eleitorais dos sucessivos governadores do estado de São Paulo. Assim foi em todos os processos de criação de cursos e *campi*, desde a criação da nossa Universidade, em 1976. Iniciamos com a encampação de Presidente Prudente e de



Bauru; e, mais adiante, com as expansões nos anos 2002 e 2014, sem a contrapartida de recursos adequados e perenes para sustentá-las. O último ciclo de expansão, que resultou na criação dos cursos de Engenharia, deu-se com o sacrifício do Hospital das Clínicas (HC) da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB), que foi entregue à Secretaria Estadual de Saúde e, desde então, vem progressivamente se afastando da sua função primordial de formação de profissionais da área médica e paramédica. Para não suprimir os recursos que a Unesp investia no HC da FMB, a reitoria, com a pressão do Executivo estadual e a anuência do Conselho Universitário, aprovou a criação de 11 cursos novos de Engenharia. A atual reitoria reconhece que eles necessitam de um investimento maior do que o custo do HC da FMB.

Mas há outros caminhos estreitos pelos quais têm andado nossas reitorias. Todas têm conhecimento de que manobras da Secretaria da Fazenda impedem que recebamos, as três universidades públicas paulistas, os 9,57% ICMS-QPE. Também sabem – inclusive oficialmente, porque está em documento produzido por um grupo de trabalho conjunto entre Fórum das Seis e Cruesp – que a insuficiência financeira<sup>1</sup>, que consome cerca de 20% dos recursos oriundos do ICMS das três universidades, é uma obrigação legal do governo estadual, conforme a Lei Complementar 1.010/2017.

Mesmo diante desses fatos, o máximo que assistimos foi a ida tímida do nosso reitor ao Palácio dos Bandeirantes, para solicitar uma aporte extra de recursos destinados ao pagamento do 13º salário dos servidores docentes e técnicos-administrativos estatutários. Será que a aprovação da “PEC do fim da Unesp” é uma condição para a liberação de recursos para o 13º de 2018? Será este o motivo da pressa em aprová-la?

## Rejeitar para defender a Unesp

A Plenária Estadual da Adunesp, realizada no campus de Rio Claro, em 28/2, deliberou por recomendar a todos os docentes que atuem no sentido de contribuir para a rejeição cabal da “PEC do fim da Unesp” e exigir da administração central um plano de reposição salarial, a retomada das contratações e das carreiras. Que os docentes façam gestões junto aos Conselhos de Curso, de Departamentos e

às Congregações para que ocorram reuniões abertas, e se coloquem frontalmente contra a aprovação dessa medida extremamente deletéria para a nossa Universidade, uma vez que propõe a manutenção da política de arrocho salarial e a deterioração das nossas condições de trabalho, comprometendo definitivamente o futuro da Unesp.

É nossa responsabilidade, perante a população paulista e as gerações de jovens que bem formamos e ainda haveremos de bem formar, lutar em defesa da Unesp, patrimônio paulista e brasileiro, ameaçada que está pela inépcia dos seus administradores e pelo descaso do governo Alckmin. Não nos resta outra alternativa nesse momento grave a não ser nos mobilizarmos para impedir que a nossa Universidade seja destruída, rechaçando a “PEC do fim da Unesp” e exigindo que o reitor:

- 1- Tome as providências administrativas e judiciais cabíveis para que o governador Alckmin cumpra a Lei Complementar 1.010/2007, e para que a Secretaria da Fazenda calcule os 9,57% destinados às universidades sobre o total do produto da arrecadação do ICMS-QPE sem os expurgos mencionados acima e explicitados no *Jornal do Fórum das Seis* (fev./2018);
- 2- Insista para que o governo estadual cumpra com a sua promessa de fornecer os recursos necessários e adequados para o programa de permanência estudantil;
- 3- Defenda a autonomia universitária com a altivez e a dignidade que requer uma instituição da importância política e estratégica que a Unesp tem para o estado de São Paulo e para o país;
- 4- Elabore um programa de recuperação salarial, dos quadros e das carreiras dos servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp;
- 5- Honre o seu próprio discurso, quando ainda candidato a reitor, e promova um diálogo verdadeiramente democrático com a comunidade acadêmica sobre as grandes questões que afligem nossa Universidade hoje, convocando uma Assembleia Universitária.

<sup>1</sup> A insuficiência financeira – definida pelo Artigo 27 da Lei Complementar nº 1.010/2007, que criou a São Paulo Previdência (SPPREV), como “a diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores” – também é custeada exclusivamente pelas universidades estaduais. Isso contraria o previsto na mesma lei, que estabelece que “o estado de São Paulo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras”. No entanto, os recursos para garantir a integralidade do pagamento dos aposentados e pensionistas das universidades estaduais são descontados dos recursos nelas investidos, ou seja, dos 9,57% do ICMS-QPE.

Em 2016, a insuficiência financeira sequestrou, aproximadamente, 19,5% dos repasses oriundos do ICMS-QPE (9,57%) para as universidades e, segundo prognósticos feitos a partir dos dados atuais, deverá alcançar algo em torno de 30% em 2026. Ao arripio do que consta explicitamente no texto da lei, o governo a “interpreta” a seu favor, alegando que estas instituições, como parte do estado, estarão obrigadas a cobrir a insuficiência financeira.

Os dados são extraídos do relatório do GT Previdência das Universidades Estaduais Paulistas (entre Cruesp e Fórum das Seis).